Pela Grei

# A Monarquia

Diario Integralista da Tarde

ENDEREÇO TELEGRAFICO: — «MONARQUIA»—LISBOA

Director
Conde de Monsaraz
Redactor principal
Antonio Sardinha
Propriedade da Sociedade Integralista Editora, Limitada
Escritorios e tipografia
R. de S. Paulo, 20
Impressão — Rua da Atalaia, 134
Editor — João R. Santos
Telefone: C. 1935

## Subsistencias

Foi á sombra da guerra que se desenvolveu a praga dos *novos ricos*, formada pela exploração vergonhosa da tremenda crise economica em que os estados se debatem. A especulação sobre a miseria das populações foi elevada á categoria de sistema, e tornou-se a especialidade mais rendosa do alto comercio.

Surgiu o açambarcador, vampiro voraz que se alimenta e vive do sangue e das lagrimas, ajuntando no into pelos que tombam, lá fóra, na terra estranjeira, os horrores e a agonia da fome sofrida cá dentro, na saudade dos ausentes, no apartamento dos mortos queridos. A mais infame das profissões passou a exercer-se lucrativamente, como coisa licita, aparecendo ainda hoje boas almas condoidas a justificarem o açambarcamento, a tal mobilisação calculada dos generos, com uma interpretação erronea do direito de propriedade.

Que nós não invocassemos o caracter transitorio, muito particular e caracteristico da propriedade comercial, nós não deixariamos mesmo assim de reconhecer que esse instituto juridico se inspira hoje em principios bem diversos daqueles que no passado lhe serviram de fundamento. Não se póde nem deve esquecer a função social da riqueza que ninguem tem o direito de conservar estagnada e improductiva, em detrimento da economia nacional. O direito de propriedade não é, nem póde ser, considerado absoluto. Fatalmente, ele ha de sofrer todas as restrições impostas pela utilidade comum, pela regra estabelecida sobre as possibilidades economicas do país.

E justamente a guerra, abrindo entre nós uma crise gravissima, duma gravidade muito excepcional, veiu pôr em fóco o problema que por todos os motivos deva ser encarado com as maiores disveloe de inteligencia. Neste momento é preciso pôr em jogo todos os recursos economicos do país, intensificando a produção e facilitando a circulação das utilidades, de fórma tal que nada se deixe de aproveitar em beneficio da colectividade nacional.

E assim, detentores temporarios dos generos de consumo, os comerciantes não podem pretender que se lhes reconheça o direito de segregerem do mercado as quantidades que lhes convenha, com o fim de determinarem arbitrariamente os preços, fazendo com que a lei da oferta e da procura se estabeleça sobre valores intencionalmente viciados.

Apezar da depreciação experimentada pela nossa moeda, nós temos de procurar dentro do país as causas mais sensiveis, as causas imediatas da carestia da vida, cuja elevação se pode sem favor considerar verdadeiramente alarmante. Porque de facto o problema encontra-se hoje posto com uma gravidade assustadora. O agravamento das condições deexistencia determina logicamente a reucção inevitavel dos expoliados, reacção que para as classes desprotegidas se pode tornar, de um momento para o outro, em fermento de revolta e de excessos imperdoaveis.

A semente revolucionaria, felizmente, não medra á vontade entre nós. A propria quimera da revolução social, só agora, passados oito anos sobre a queda da monarquia, se desenha no desvairo geral dos espiritos. E o seu pensamento ha-de falhar porque o solo é hostil. A nossa gente não nasceu para o saque e para a rapina, valha-nos a tradicional *brandura dos nossos costumes*! E falha a doutrinação dos comunistas e dos collectivistas, a arrastar a massa num impulso consciente e decidido. A verdadeira mistica revolucionaria não se criou ainda no animo do proletariado, mas a verdade é que em pouco tempo se gera um estado de espirito dessa ordem, quando se verifica a impossibilidade de satisfazer as mais urgentes das necessidades organicas.

E isso mesmo que é preciso evitar, caminhando ao encontro da corrente que cada vez mais se acentua, de forma a dar cumprimento ás mais exequiveis das reclamações formuladas pela opinião publica que *raro* se engana em questões que directamente lhe interessam as visceras plebeias que a anatomia rigorosamente batisou de abdominais, e que se encontram de banda de baixo do diafragma. O estomago cujas sagrados direitos se proclamaram em oitenta-e-nove é um estomago restricto, um verdadeiro estomago de classe.

Foi nestes ultimos anos que, depois de exuberantemente demonstrada a falencia politica do regimen, se verificou claramente o estigma burguez da nossa republica. Guindados a alturas desmedidas, os *novos-ricos*, pletoricos de ouro, constituem a casta privilegiada da plutocracia nacional. Com a republica-velha nós vimo-los estender as garras bem lestas, e com a sua irmã mais *nova* nós temos de reconhecer que pouco se adiantou, apezar da infinita boa-vontade de alguns homens honrados.

Foi mais um desmentido flagrante que a verdade dos factos proclamou, contra os axiomas metafisicos da mentira democratica. O individualismo dos economistas classicos, de Adam Smith e J. B. Say, de Malthus e Ricardo, revelou-se em toda a sua miseria ideologica. O mercado não póde assentar unicamente na lei dura da concorrencia, e no despotismo da oferta e da procura. O preço dos generos tem de ser estabelecido sobre o preço da producção, adicionado do lucro das entidades diversas que sobre elles especulam. Porque de contrario, aceitando o principio tirannico de que só pelas variações a oferta e da procura se devem regular os preços, nós verificaremos, ao primeiro golpe de vista, a facilidade com que, pelo açambarcamento de generos de primeira necessidade, se consegue excitar a concorrencia dos compradores, deturpando-se assim a bel-prazer os termos da proporção em que se fundam preços.

Daí o reconhecimento, no decorrer desta guerra, da necessidade das tabelas dos productos principais, tabeles cuja composição infelizmente se baseou por vezes no puro arbitrio dos seus auctores, sem se atender á capacidade agricola do país, e sem que as ventilassem nenhuma idéa de justiça economica, formulando-se preceitos por sua natureza condenados ao insucesso mais absoluto.

Mas o açambarcamento é que se não pode em caso algum justificar! Ruinoso para a economia nacional, ele constitue o mais pesado de todos os flagelos que nos esmagam, na crise medonha que vimos atravessando. E' necessario reprimi-lo e reprimi-lo severamente, com leis de excepção, rigorosas em extremo, substituindo-se as demasias da liberdade individual pela norma reparadora dum equilibrado e compensador intervencionismo economico.

Constitue uma interessante e bem intencionada tentativa desta natureza o decreto recentemente publicado pela pasta das subsistencias e que merece ser examinado com atenção e vagar, para que se possa concluir afinal se ele corresponde ou não ás necessidades do país, neste momento cuja gravidade seria loucura pretender encobrir ou desfigurar.

**Armando da Silva**

## Nota politica

São amabilissimos os termos da resposta do nosso estimado colega *A Situação* á nota politica sobre parlamentarismo e presidencialismo, inserta no nosso numero de 3 do corrente. Felicitamo-nos pela correcção do brilhante jornal da manhã, correcção que será dificil, muito dificil mesmo, descobrir noutro ponto qualquer dos desmantelados arraiais republicanos, e registamos com prazer a grata impressão da sua leitura. Mas o que nós não podemos, por muito que nos custe, é aceitar os seus argumentos como ouro de lei, principalmente depois de verificada a sua conclusão falsissima.

Reconhece comosco o nosso ilustre colega a ruidosa falencia do parlamentarismo, e não hesita em condenar a acção dissolvente dos partidos, quando ela se exerce na formação e na mudança dos ministerios, alçapremando a conveniencia da facção ao interesse iminente do país. Inteiramente de acordo até aqui, nós não queremos deixar de perguntar á *Situação*, mas com todo o acatamento que nos merece, qual será no seu entender a funcção benefica dos partidos, e quais os verdadeiros interesses vitais que eles protegem e representam.

A influencia funesta dos partidos não se verifica apenas quanto á constituição dos ministerios. Clientelas politicas, agremiações em que se fundem mil e uma conveniencias pessoais, eles hão de fatalmente atropelar muitas vezes o interesse da nação, para cuidarem afincadamente dessas mesmas conveniencias. Sem sair da sua função legislativa pode o parlamento inclinar-se ás solicitações dum determinado partido e servir interesses inconfessaveis.

Estranhos á vida normal do país, estranhos ao funcionamento das actividades que abrange, os partidos são formações artificiais e parasitarias. A politica não é nem pode ser considerada uma profissão propria. Sciencia do governo das nações, ela tem forçosamente de incluir o estudo dos mais diversos ramos dos serviços publicos confiados a especialistas, a tecnicos, pertencendo ao chefe de estado a alta função coordenadora de orientação.

Que cada um se coloque no seu lugar, se entregue na sua profissão, cuidando afincadamente dos interesses que directamente lhe tocam, á sua terra e á sua classe, e nós veremos realisado o aproveitamento de todos os valores sociais. Que se adopte a inversa, que cada um descure os interesses positivos do seu oficio e da sua região, para enfileirar numa qualquer charanga partidaria, e por mais restricções que oponham á acção parlamentar das facções politicas, nós viveremos sempre sujeitos aos acasos das votações, e ao dilema de revolução ou revisão constitucional, dilema que todos nós já vimos posto em Portugal.

A unica fórma de aniquilar os partidos, acabando com as camarilhas de politiqueiros, é negar-lhes a representação a que não tem direito associações de classe de ociosos e inuteis. Feche-se o parlamento, caso se queira iniciar uma politica seria e util ao país. De contrario, nada feito.

E creia o nosso colega matinal que nada se perderia com isso. As correntes disparatadas da opinião publica, sujeitas á especulação baixa dos agitadores, não representam realmente a voz da consciencia nacional, porque a vontade do país, do país que trabalha e pensa, só se pode manifestar atravez dos seus orgãos proprios.

E' preciso que cada cidadão use apenas dos direitos que lhe competem, de harmonia com os interesses que lhe tocam, e que se reduza o direito do sufragio ao ambito restricto da qualidade e da profissão de cada um.

Não é só o parlamento, em si, que é máu, pelo vicio inato da sua composição. Isso ainda é o menos, porque muito peor é inegavelmente a desordem da rasteira intriga partidaria, posta a claro sempre que se trata de eleições politicas. Quere o nosso brilhante colega um conselho amigo? Pois bem: tire-se dos seus cuidados, nas primeiras eleições, feche a porta por oito dias e vá para a provincia passá-los a trabalhar pelo candidato *x*. E depois ha de dizer-me, muito em segredo, o que fica pensando da opinião publica, e das convicções politicas da massa, e da tremendissima burla que o sufragio geral constitue. E conversamos depois, sim?

No fecho da sua replica aos reparos do nosso jornal, *A Situação* bate as palmas porque conseguiu, com a sua logica de ferro, apertar-nos entre a espada e a parede. Reconstituamos a sua argumentação que se cifra na seguinte descoberta luminosa: entende *A Monarquia* que o parlamento é máu; ora se o parlamento é máu, é porque não presta, concluiria o dr. Assis. Não é bem isso que *A Situação* conclue, mas quasi. Ou seja: se o parlamentarismo não presta, tem de ser banido. Nesta hipotese só restam dois caminhos aos politicos honestos: adoptar *o absolutismo*, em conflito com os principios do nosso tempo, ou então a panaceia milagrosa do *presidencialismo*, que etc.

Esqueceu-se apenas o nosso triunfante colega, de que nós conhecemos pelo menos uma terceira fórma de governo além dessas duas, o que não sendo presidencialistas nem parlamentaristas, nós não somos tampouco absolutistas.

O que é essa terceira solução, porque é que ela presta e o presidencialismo não presta, nós o explicaremos á *Situação* na segunda feira, certos de que o nosso perzadissimo colega saberá reconhecer que só o adiantado da hora, que não a nossa infinita boa vontade, nos impede de hoje mesmo lhe pormos o caso em pratos limpos.

**A. da S.**

## Menores delinquentes

Em face do livro—*Criminalidade-Educação*—que o sr. padre Antonio de Oliveira, director da Escola Central de Reforma em Caxias, acaba de publicar, toma um aspecto novo entre nós a solução do problema dos pequenos delinquentes.

Não que tal assunto haja sido descuidado nas lições de medicos e juristas, mas, como quasi sempre acontece, a *sciencia* em Portugal faz-se por confrontos de opiniões semelhantes ou divergentes, pelo processo do *eclet smo prudente e seguro* que supre o trabalho pessoal e poupa as contrariedades das opiniões extremas.

Cremos que o sr. padre Antonio de Oliveira nunca se dedicou a estudos de sociologia criminal antes de entrar na Correcção das Monicas como funcionario, e depois, só após longos anos de observação directa, á custa dos proprios erros porventura, se decidiu a dar conta em publico do resultado dos seus trabalhos de que saiu agora o primeiro volume.

Se a sua competencia não estivesse firmada como a de um dos nossos primeiros educadores, ela tinha no prefacio do ilustre professor Julio de Matos a sua maior e definitiva consagração.

Nessas palavras em que se sacrificam alguns preconceitos da doutrina democratica, o director de Rilhafoles é levado a confessar uma verdade de que nunca se desiludiram os sociologos menos romanticos e mais exigentes: a da ineficacia da instrução na profilaxia do crime.

Assim escreve o professor Julio de Matos que, cremos, não dever aos jesuitas o muito que sabe, nem estar abraçado com a *hidra da reação*:

«Espiritos humanitarios julgaram encontrar na instrução a profilaxia deste mal que assoberba as sociedades modernas; e Victor Hugo resumiu numa frase lapidar este criterio sentimentalista: «abrir uma escola é fechar um carcere».

Abriram-se por toda a parte, depois que estas palavras foram escritas, milhares de escolas, sem que se fechassem outras tantas cadeias em qualquer parte; e o que as estatisticas da maioria dos paises nos dizem na linguagem eloquente dos numeros é que a criminalidade tem aumentado assustadoramente, a despeito da diminuição prodigiosa do analfabetismo em quasi todas as nações.

. . . . . .

A verdade é que a instrução não influe senão muito indirectamente na conducta humana, que é o efeito de emoções herdadas e ampliadas pela educação.

Posta ao serviço de uma indole perversa ou de um sentimento mau, a instrução serve apenas para multiplicar ou subtilizar os processos de levar o crime a efeito.

Nada ha que tirar ou pôr aos periodos que ei ficam e que teem a segurança laconica de uma sentença de morte e um dos mais retumbantes lugares-comuns da mentalidade republicana.

Apenas nos cumpre notar que o professor Julio de Matos incorre no mesmo equivoco que a maior parte dos nossos pedagogos, assentando numa subtileza puramente convencional, num simples verbalismo, a distinção dos conceitos — instrução e educação, quando eles são, no fundo, identicos.

Os portuguêses tem o amor da frase—feita, porque ela favorece a sua tendencia para a inercia.

Tais são: ta questão não é de regimens é de homens; a liberdade é correlativa á responsabilidade; isto para traz não volta; o nosso problema agricola é a irrigação do Alemtejo.»

Podiam multiplicar-se os exemplos destas sentenças anonimas, atraz das quaes os portuguêses ocultam a sua ignorancia dos assuntos de que nada percebem e de que mais gostam de ocupar-se.

Este aspecto, não sei se da inteligencia, se da sensibilidade portuguêsa, tambem é referido e merecidamente castigado nas paginas do interessantissimo livro do sr. padre Antonio d'Oliveira, quando nos dá conta das correcções que os visitantes lhe pretendem fazer, do conceito corrente que se tem de uma casa da natureza daquela que dirige e do seu processo de refazer almas.

Raras vezes tenho lido na vossa lingua livros tão consoladores como a «Criminalidade—Educação».

Não porque seja agradavel ter debaixo dos olhos, em côres precisas de verdade, os mais horriveis quadros de miseria e crime; mas por adivinharmos, em cada um dos capitulos, a convicção do apostolo que não renuncia, a crença no poder da sua acção que observe e exálta uma vida em sacrificios, até ao heroismo obscuro que a santifica.

Os dados novos que o sr. padre Antonio d'Oliveira oferece aos poderes publicos ador ecidos, são uma contribuição leal e verdadeira da experiencia de um homem que confiadamente cultiva um canteiro de flores doentes, envenenadas pela atmosfera das ruas e dos antros de vicio.

Merece bem que todos reparem no esforço do sr. padre Antonio d'Oliveira em melhorar a nossa raça nos desgraçados menores em perigo de se converterem em criminosos profissionaes.

Reclamam uma atenção cuidadosa as suas reflexões, os seus clamores, os testemunhos scientificamente valiosos e louvavelmente patrioticos do sr. director da Escola de Reforma, não para que lh'os recompensem, mas para que todos os conheçam e possam aproveitar deles para beneficio de tantas creanças infelizes.

Creio que nenhum outro aplauso será mais grato ao seu espirito de educador e ao seu coração de padre.

**Hipolito Raposo.**

## Dever de oficio...

O correio trouxe nos um exemplar do uumero 5 dum semanario que sob o titulo *O Rad cal* se publica em Beja.

Fizeram bem porque, desconhecendo eu o jornal em questão, não poderia reduzir a estilhas o occo comentario que o sr. Gonçalves Corrêa ali publica sobre o meu artigo *A Monarquia e os trabalhadores* ha pouco publicado n'*A Monarquia*.

Ao alto, sob o titulo, logo a classificação *semanario anti-clerical* nos adverte do conteudo da folha. Mais para a direita um assucarado pensamento de Quinet mostra-nos logo que não devem os mocinhos andar longe do sr. Mayer Garção.

Mas, sob este cabeçalho tão doce, tão melancolico, surge-nos a pena irada do sr. Quintal... da sua liga, a berrar-nos animada de vermelha indignação:—«Nada temo. Nada me fará hesitar, tergiversar, recuar...» Por onde pensará ele fazer-se gover nador civil quando *os cães dos republicanos*—como ele os designava não ha muito — voltarem a descarnar o osso da governança?...

Mas, vamos ao artigo do sr. Gonçalves Corrêa: —ao contrario do que pensava, eu nunca me «esqueço» de responder á quem se me refere—desde que me exponham ideias e não insultos sem bases.

Ora eu neste caso poderia bem dispensar-me de lhe responder—dada a forma agarotada em que se me dirigiu... Mas, isso devem ser certamente verduras da mocidade—como as suas sentimentaes divagações!...

Em primeiro logar, é legitima uma pergunta:—esse jornal é anarquista ou é simplesmente um orgão do jacobinismo cahido?

Não me parece que o regimen do tiro e do cacete seja o mais aproximado *do formoso ideal que ha-de redimir a Humanidade*—segundo a sua lirica expressão...

De resto não é para admirar esta opinião numa cabeça que dicta disparates como estes:

—que «o regimen republicano é o mais proprio d'homens cujo ideal não seja apenas o ambicionado carneiro com batatas»!

—que tanto o regimen monarquico como o republicano se baseiam no individualismo — quando está absolutamente provado que a Monarquia que nós defendemos é a morte completa do individualismo (base unica da democracia que ele defende);

—que ha-de ser a «Revolução Social, a sublime e grandiosa revolução dos esfarrapados, a base da harmonia entre os homens. (!!). A este respeito, recomendo-lhe no livro *La Monarchie et la classe ouvriere* o trecho que a Revolução Social dedica Georges Valois—que não é positivamente no meio sindicalista francez o mesmo que o sr. José do Valle é entre os trabalhadores portuguezes...

De pois de nos criticar por chamermos «venenosa» á semente da Democracia que de terras extranhas veiu pulverisar as leiras nacionaes, aponta-nos o «fracasso» da Monarquia na Alemanha de cuja civilisação e grandesa desdenha, acusando o povo alemão de «indisciplinado»—o povo alemão que nos tem dado atravez da guerra o mais formidavel exemplo da disciplina, sacrificando-se individualmente para que a Patria triunfe, desdenhando dos seus ideaes particulares para só aceitar uma finalidade—o da Patria a que a Monarquia está ligada por laços indivisiveis!

O sr. Gonçalves Corrêa não sabe o que diz.

Se tivesse um bocadinho de senso ou de cultura, preservar-se-ia de proferir semelhante disparate! ...

•

Vem-nos o sr. Gonçalves dizer —com aquela carinha d'ingenuo idealista—que a Republica, apesar de ainda não ser uma cousa perfeita, — visto que o seu ideal paira mais alto, talvez na lua...—a Monarquia é trinta vezes peor para os interesses das classes humildes hon adas. Damos-lhe um dôce e um soneto do sr. Mayer Garção se conseguir demonstrar-nos que não foi a Democracia que roubou aos trabalhadores todos os seus direitos colectivos, e que o nosso Povo tem sido mais feliz de he cem annos para cá—e especialmente nos ultimos oito annos...—do que o era no tempo da verdadeira Monarquia — no tempo em que os bons filhos do Povo iam falar ao Rey levando-lhe as suas queixas ou os seus modos de vêr sobre assuntos que o interessavam — no tempo em que as «corporações» tinham as maiores regalias e não eram assaltados os seus edificios a tiro pelos soldados do governo—no tempo em que a Familia ainda conservava o seu prestigio e força, quando os venenos perverte.ores da Democracia não a tinham ainda destruido, d'envolta com as corporações e com a propria sociedade organisada!...

Prove-nos isso, sr. Gonçalves Corrêa! Aprenda nos livros dos chronistas contemporaneos o que era nesse tempo a vida do nosso Povo e deixe-se de dizer disparates—que não deixam comtudo de ser faltas provas do que é a mentalidade republicana e «avançada» em Portugal, do que valem os cerebros dos livre-pensadeiros, do que vale essa mocidade das ligas republicanas que não são mais, afiás, do que a associação de classe das «mediocridades» naturalmente medrosas de que em breve se substitua ao *culto da incompetencia*, a especialisação profissional das competencias, unica esperança d'aqueles que teem a convicção de que não é com desordens nem com arruaças que se governa um país, e que a subita inversão das camadas sociaes nunca póde dar mais que uma repetição mil vezes ampliada da «balburdia sanguinolenta» que tem sido a Republica em Portugal, confirmando praticamente a profecia de Eça de Queiroz.

•

Diz em seguida que está de acordo em que é mau operario o que não souber ler; ora eu nunca tive essa opinião:—julguei sempre que era mau operario o que não trabalhasse por se aperfeiçoar na sua profissão, fazendo assim o maximo de bem á sociedade.

E quando eu digo que a instrução é boa, não me refiro á perfida e imoral instrução que de ha dezenas de anos se ministra a este pobre Povo. A Escola, para mim, deve ser ao mesmo tempo uma casa de educação, pelo exemplo e pelo ensinamento. Não é ensinando ás creanças uma historia insultuosa e falsa, não é transformando a Escola num centro de depravação e imoralidade, onde as creanças antes de aprenderem a respeitar o que ha de mais sagrado já andam ao facto de tudo.

## Rainha D. Maria Pia

Mais um aniversario se fechou sobre a morte da Senhora D. Maria Pia. E' uma figura estranha de tragedia a sua figura. Morreu longe da sua segunda patria num exilio doloroso, que lhe fez da terra em que nasceu uma terra aspera de degredo. A cruz heraldica de Saboia tornou-se a imagem viva do seu martirio na lisonja armoriada como as insignias reaes de Portugal. Havia sangue no escuro, atraz da Rainha, por onde quer que se voltasse surgiam manchas de sangue inocente. Pesa sobre a sua raça a fatalidade antiga. E com que altivez resignada a Rainha a encara de frente, sem se periurbar na impassibilidade devida á lei do seu nascimento. Morreu. Mais um ano se contou depois que o ceu azul de Italia recolheu no silencio e na saudade o seu ultimo suspiro.

Como um relampago rapido esse momento ebrangeria toda a sua vida, desde o alvoroço com que Lisboa em festa recebeu a filha de Victor Manuel até á indiferença seca em que a vimos partir, em que a deixamos partir. Pobre Rainha! Nela a Coroa foi uma coroa de espinhos. Mãe e avó, o seu coração ficará retalhado pela historia fora, repartido entre o amor dos que perdeu numa montaria de lobos, e o amor deste povo que, apesar de tudo, ela guardou sempre dentre de si na sua melhor ternura, no mais internecido logar da sua afeição. Visão macerada de desgraça, D. Maria Pia é a alma mais ir de Realeza, acabando os bocados, lá longe, a braços com um destino sem remedio. Nem ao menos a morte lhe deu a alegria consoladora de repousar entre os seus, descansadamente, ao contacto de tantos restos amados. Lembremo-la no data que ontem passou, á pobre Rainha quasi esquecida, e que a sua figura de dor amarissima espiritualisa por um momento a secura carregada em que parece perdida a terra em que mais ainda do que quiz a essa outra que lhe foi berço.

## No «front»

Ha tempos a *Opinião* afirmava que os protestantes teem um hospital e uma cantina na base do nosso C. E. P. E' a mesma historia; que o nosso querido amigo P.e Avelino de Figueiredo se viu na necessidade de desfazer. Aproveitamo-nos da sua ausencia para a recolher: Na ta mais falso, porem. Cantinas na base não ha nenhuma a funcionar e hospitaes só ha os hospitaes militares.

### Aos leitores da «Monarquia»

Depois de lido, enviar este jornal ás Juventudes Monarquicas Conservadoras, Nucleo Regional de Lisboa, travessa das Mercês, 55, a fim d'ellas o mandar para os nossos soldados no «front».

## Transcrições

*A Liberdade* transcreve no seu ultimo numero parte do artigo «Neutralidade do Estado» do nosso querido amigo dr. Caetano Beirão. Muito agradecemos a gentileza.

Tambem o nosso presado colega o *Dia* no seu numero de hontem transcreve o artigo que a *Monarquia* dedicou á memoria de Julio Sobral Cid.

Os nossos agradecimentos.

ATLAS
Companhia de Seguros
SÉDE:—Rua do Crucifixo, 49

## Os nossos amigos na guerra



Padre João Dias Rodrigues
*Alferes-capelão*

## Camelo Lampreia

Ha dias *A Capital* afirmou que o senhor Conselheiro Camelo Lampreia, um distincto diplomata da monarquia e antigo ministro de Portugal no Rio de Janeiro fora demitido a seu pedido, pretendendo agora voltar ao serviço. Ontem o *Diario Nacional* opunha porém á informação de *A Capital* o completo desmentido que segue:

O sr. conselheiro Camelo Lampreia, que, ao contrario do que informa o mesmo colega, não pediu a sua demissão, tendo-lhe esta sido dada ilegal e violentamente pelo governo provisorio, nunca reclamou senão contra a expoliação, que lhe foi feita, dos direitos á aposentação, direitos que aquele funcionario adquiriu mediante os respectivos descontos nos seus ordenados.

Priva-lo desse direito é o mesmo que extorquir-lhe um capital que era seu e estava confiado á guarda do Estado.

Dele não desistiu nem desiste o sr. conselheiro Camelo Lampreia, mas descansem os pretendentes, porque o nosso distincto amigo não quer mais nada.

Comentando o desmentido do orgão oficial da causa monarquica dizia o seguinte o nosso presado colega *O Dia*:

As nossas informações coincidem, sabendo nós tambem que, depois de proclamado o sr. Presidente da republica, o sr. conselheiro Camelo Lampreia, ouvido quem de direito, escreveu a S. Ex.ª expondo a sua situação e o seu legitimo direito á aposentação, nada mais reclamando.

Agora que está á frente do ministerio dos negocios estrangeiros o sr. Joaquim do Espirito Santo Lima, antigo colega do sr. conselheiro Camelo Lampreia, decerto s. ex.ª, sem ter de fazer um favor, que ninguem em taes circunstancias lhe pediria, mas só pratic-n o um acto de justiça, se apressará a promover essa aposentação, como decerto se não demorará, porque nisso está tambem o seu dever moral, na reparação de flagrantes injustiças e inqualificaveis que naquele ministerio se com-teram enquanto era simplesmente director dos negocios politicos e as quaes lhe incumbe agora pôr termo imediato e definitivo, no uso das suas atribuições de Secretario de Estado.

## Ecos e comentarios

### Reclame pomposo

O *Mundo* fazendo reclame ao seu numero de amanhã anuncia que ele inserirá um artigo de Tomaz da Fonseca e uma caricatura de Francisco Valença.

Pelo que toca ao primeiro acepipe, acreditamos realmente que ele seja devido a pena do nosso Fonseca. O artigo tem de ser dele visto lá no enxurdeiro entre tantas creaturas habilitadas para dizer asneiras, ele ser a unica que excede o José de Vale nesse afanoso mister. O artigo tem pois de ser dele e, em cheirando a hortenses então não resta duvida: é do Tomaz da Fonseca pela certa!...

Agora o segundo acepipe é que nos parece vir com autoria errada. Caricaturas do Francisco Valença? Mas onde, quando e como, fez o Valença caricaturas? Repare o *Mundo* que já no outro dia se *equivocou* atribuindo ao Valença uma coisa que, por sinal, já tinhamos visto feita pelo Gustavo Doré, sob o titulo *La Marseillaise*!

Caricaturas de Valença? Mas isso seria um milagre! Se quasi sempre são dos ou tros!...